

Trabalhos Científicos

Título: O Retrato Epidemiológico Dos Nascidos Vivos Com Anomalia Congênita No Brasil Entre 2018 E 2022

Autores: BRUNA MATIAS (UFC), JOÃO ALBERTO DELMIRO DA SILVA FILHO (UFC), JÚLIA MATOS DUBANHEVITZ (UFC), ANA MAYKELLY ALVES DE VASCONCELOS (UFC), ISABELLA CAMPOS BEZERRA (UFC), RANNA BRUNA ARAÚJO DE SOUSA (UFC), KENIA SOUSA CARNEIRO FERREIRA (UFC), RIVIANNY ARRAIS NOBRE (UFC)

Resumo: Anomalias congênitas são alterações multifatoriais que geram comprometimento estrutural e/ou funcional de diversos órgãos. Hoje, mais de 300 mil crianças no mundo vão a óbito devido a uma condição congênita e, no Brasil, essa ainda é uma das principais causas de mortalidade infantil. Desenhar o perfil epidemiológico dos nascidos vivos com anomalias congênitas no Brasil, visando a entender os quadros mais prevalentes e as condições socioeconômicas ligadas a eles. Foi feito um levantamento de dados na base do Governo Federal (DATASUS) de acordo com o exposto no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre os anos de 2018 e 2022. As variáveis usadas foram região de nascimento, grau de instrução da mãe, realização do acompanhamento pré-natal, ano de nascimento, tipo de anomalia e idade da genitora. Os portadores de anomalias congênitas representam menos de 1% do total de nascidos vivos no tempo do estudo, sendo a região Sudeste a mais expressiva quando se trata do número de nascidos com alguma alteração inata (45%). Ao longo dos anos, o comportamento geral foi de lenta queda da quantidade de nascidos vivos tais problemas, chegando a 22.959 recém-nascidos em 2021, ano de maior baixa. O tipo de anomalia mais prevalente foram as malformações e deformações do aparelho osteomuscular (26%), seguido pelas malformações que não se encaixavam no principais grandes grupos e foram classificadas como “outras” no sistema de notificação (13%) e, em terceiro lugar, pelas malformações do aparelho circulatório (aproximadamente 12%). No que diz respeito às informações sobre as genitoras, a média de escolaridade foi de 10 anos, sendo as regiões Norte e Nordeste as que apresentaram maior número de mães sem nenhuma instrução. Além disso, a faixa etária das mães que mais se repetiu foi entre 20 e 35 anos, idades não consideradas como de risco gestacional. Em relação à quantidade de consultas do pré-natal, 61% das gestantes tiveram acompanhamento classificado como “mais que adequado”, isto é, foram atendidas com a regularidade recomendada pelo Ministério da Saúde. Nesse contexto é importante conhecer a epidemiologia atualizada dos nascidos vivos com anomalias congênitas no Brasil, visto que tais informações permitem entender que ações de prevenção e manejo devem ser realizadas: Seja de educação em saúde, seja de promoção de intervenções médicas precoces. Diante dos dados, as políticas públicas podem ser específicas para a realidade enfrentada no país e, assim, mais efetivas no cumprimento das metas estabelecidas. Além disso, é válido ressaltar que nem todas as anomalias congênitas são preveníveis, o que exige atenção especial para a abordagem clínica e/ou cirúrgica pós-natal, quando necessária e disponível.